

Acordo com o FMI é pouco provável

16 SET 1989

Orientação no Fundo é para confirmar só a continuidade dos entendimentos

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — Sem descartar a possibilidade de o governo Sarney ainda alcançar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que evitaria novos atrasos no pagamento dos compromissos da dívida externa brasileira, fontes oficiais próximas aos entendimentos desestimularam, ontem, versão de que esse acordo estaria iminente.

Essa hipótese, noticiada ontem pelo *Wall Street Journal*, animou executivos dos bancos internacionais, que são credores de dois terços da dívida externa do País e têm US\$ 1,6 bilhão de juros a receber segunda-feira. Brasília já avisou que só pagará integralmente essa conta se conseguir um acordo com o FMI, que desbloquearia US\$ 2,3 bilhões em recursos oficiais e privados prometidos ao País e preservaria, assim, suas reservas.

Segundo o jornal, o Brasil "poderá obter logo um acordo de seis meses" com o Fundo, com um empréstimo de US\$ 600 a US\$ 900 milhões. Um "alto funcionário brasileiro", citado na reportagem, afirmou que embora ainda não exista sobre a mesa de negociações uma "oferta formal" de um arranjo por apenas seis meses — algo que o Fundo não faz há 37 anos —, os entendimentos avançaram bastante nos últimos dias, abrindo as portas para que se chegue a um acordo no final da semana que vem, quando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estará em Washington para participar da reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

Como é de praxe, um porta-voz do Fundo evitou ontem comentar a notícia. Mas a orientação, dentro da instituição, é a de "continuar a conversar" com o governo brasileiro e desestimular seja a versão negativa, que descarta a possibilidade do acordo, seja a versão oposta. As razões que explicam essa atitude são políticas. Aversão negativa certa-

mente resultaria em mais desgaste para o ministro Mailson da Nóbrega, que já opera praticamente sem instrumentos de política econômica, e aumentaria as chances de uma perda de controle da economia às vésperas das eleições. A versão otimista, da iminência de um acordo, é, por motivos variados, de difícil execução e, por isso mesmo, improvável. Insistir nela pode ser contraproducente, porque cria uma expectativa que, uma vez frustrada, poderá resultar em desgaste adicional para a equipe econômica brasileira, o que se pretende evitar.

Uma fonte brasileira disse ontem ao *Estado* que os obstáculos relativos às metas econômicas que o acordo preveria para este ano já foram superados. Mas indicou que os técnicos do Fundo têm insistido em metas "pouco realistas" para 1990. O Fundo já teria concordado com um déficit fiscal primário (no qual não se computam os pagamentos de juros da dívida interna) "muito próximo a zero", em 1988, e com um déficit operacional de 5,7% — 1,7% superior ao déficit do ano passado. Em compensação, exige que o Brasil zere o déficit operacional em 1990. "O governo Sarney não tem como se comprometer com o cumprimento dessa meta", disse o funcionário. Há, também, importantes diferenças ainda não superadas quanto à política monetária.

As exigências que o Fundo tem feito para 1990 demandariam a tomada imediata de uma série de medidas fiscais apimentadas, que o governo Sarney não tem apoio político para bancar antes das eleições nem terá credibilidade para adotar depois. Embora exista, nos altos escalões do FMI, uma aceitação, em tese, do argumento brasileiro de que é melhor o País ter do que não ter um acordo operativo com o Fundo neste momento de transição política, o corpo técnico da instituição parece pouco disposto a arriscar sua credibilidade defendendo, diante de seus diretores executivos, um acordo baseado num programa econômico de resultados imprevisíveis, acompanhamento impossível e que exigiria, ainda, a ressurreição de um tipo de programa de empréstimo stand by que o FMI parou de fazer em 1952.